



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia - 05/05/2016



O MPE CONSIDERA PRECIPITADA A PINTURA DE FAIXAS ANTES DA CONSTRUÇÃO DOS CORREDORES EXCLUSIVOS

MP quer retirada de faixas do BRT até construção de corredores

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodiase.com.br

O Ministério Público Estadual (MPE) realizou na manhã de ontem uma audiência para colher informações da Prefeitura de Aracaju, dentro do inquérito civil instaurado para apurar a implantação do sistema BRT no transporte público da capital. Representantes da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) e da Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb) apresentaram informações sobre as obras e projetos de implantação do sistema, que começou em março deste ano, com a demarcação de faixas exclusivas de ônibus na Avenida Beira-Mar, e prevê a implantação de 11 corredores exclusivos na capital.

A audiência teve a participação direta do superintendente da SMTT, Nelson Felipe Silva Filho, e dos principais diretores do órgão, que prestaram depoimento formalmente aos promotores Henrique Cardoso e Mônica Hardman, que atuam diretamente no caso. Durante as audiências, foram questionados detalhes sobre a concepção e as etapas de implantação do projeto, bem como o cronograma das obras previstas e os editais de licitação que ainda serão lançados pelo Município. O objetivo dos promotores foi colher provas e informações iniciais sobre as denúncias de improbidade administrativa no processo de implantação do sistema.

No entanto, as principais questões levantadas na au-

diência se referem aos transtornos e problemas causados à população durante a fase de implantação do BRT, a exemplo dos congestionamentos nas principais avenidas, realização de obras de adaptação e a possível aplicação de multas aos motoristas que passarem a trafegar nas faixas exclusivas. "O sistema foi realmente baseado em estudos técnicos. Já recebemos os estudos e nada temos a opor quanto à escolha do sistema para Aracaju, etc", disse Mônica, referindo-se aos documentos, mapas e gráficos entregues pela SMTT.

Uma das propostas foi a suspensão das multas e retirada das placas de sinalização das faixas exclusivas de ônibus até a implantação total do BRT. "Essas faixas exclusivas são uma sinalização provisória, utilizando a pintura das faixas e são previstas no Código de Trânsito, mas no caso específico de Aracaju estão previstas dentro do sistema BRT, que é uma rede hierarquizada, composta de estações, terminais que terão que ser construídos, corredores, talvez conclua em cinco anos. Entendemos que seria razoável neste momento a suspensão desta sinalização, para que, só após a implantação total do sistema hierarquizado, a gente possa exigir as faixas exclusivas. Estamos olhando o ponto de

vista de todos os segmentos que utilizam o trânsito", ponderou a promotora.

Esta proposta, no entanto, foi inicialmente recusada pela SMTT, que alegou a previsão legal das faixas exclusivas e confirmou que vai começar a multar os que trafegarem pelas faixas, assim que as obras de adaptação da Avenida Beira-Mar, como a Rotatória do Caju, forem concluídas. Apesar da negativa, a questão pode ser reconsiderada pelo órgão de trânsito. "O Código de Trânsito já impõe que haja essa fiscalização a partir da implantação das faixas exclusivas. O Ministério Público está certo em questionar, porque nós suspendemos a autuação por conta das obras que nós fizemos. É uma questão que podemos avaliar com o corpo técnico", respondeu Nelson Felipe.

Editais - Outra questão foi a situação dos editais de licitação das empresas que vão executar as obras de implantação dos 11 corredores exclusivos do BRT e de seus respectivos terminais de integração. O MPE deu um prazo de 30 dias para a que a Prefeitura apresente um relatório com o andamento de todos os seus editais de licitação das obras do BRT, a fim de definir o período necessário para o início e a conclusão das obras.

Para alguns corredores de extensão mais curta, a previsão é de que as obras fiquem prontas em 50 dias a partir da assinatura das respectivas ordens de serviços.

Para outras, de extensão mais longa, os prazos devem variar entre 120 e 180 dias. Atualmente, quatro licitações estão em análise na Comissão de Licitação da PMA, mas têm os seus respectivos projetos estão prontos e aprovados na Caixa Econômica Federal, que cederá os recursos federais.

"Temos quatro licitações de corredores, um já em obra que é da Euclides Figueiredo com a Paulo Figueiredo; o segundo na Beira-Mar que estamos discutindo há muito tempo, o Osvaldo Aranha e o Jardins. Estamos preparando outros dois corredores que seria na Contorno, e mais um outro [na Avenida Rio de Janeiro] que a Caixa exigiu que vai ser paliativo, não é definitivo. Além dos corredores, vamos começar a fazer a licitação do primeiro grande terminal de Aracaju que é o dos Mercados [ao lado do Mercado Albano Franco]", explica o assessor de assuntos governamentais da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra), Décio Aragão.

Ainda não há data definida para a próxima audiência do inquérito civil sobre o BRT, mas outros técnicos ligados à Prefeitura e a entidades especializadas de engenharia, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/SE), serão chamados para prestar informações. No MPE, o caso é acompanhado pela Curadoria de Serviços de Relevância Pública e pelo Grupo de Combate à Improbidade Administrativa (GCia).